

DAS REFLEXÕES FILOSÓFICAS ÀS CONCEPÇÕES ATUAIS: UM PERCURSO HISTÓRICO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE LÍNGUA

FROM PHILOSOPHICAL REFLECTIONS TO CURRENT CONCEPTIONS: A HISTORICAL ROUTE ABOUT THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT LANGUAGE

Alceane Bezerra Feitosa¹

Recebido em 14/10/2022

Aprovado em 25/11/2022

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal historiografar as principais reflexões acerca da linguagem, desde uma base lógico-filosófica, adentrado, posteriormente ao estudo da linguagem por um viés gramatical. Para tanto, fez-se necessário à utilização de teóricos como Vieira (2015; 2016); Neves (2002); Leite (2007); Mattos e Silva (2016); Borges Neto (2009b; 2016); Anjos (2016); Faraco (2008); Cavaliere (2002; 2014), dentre outros. Após as discussões, constatou-se que, ao longo do percurso histórico sobre a linguagem, observa-se que antes do gênero gramática a linguagem era compreendida como expressão do pensamento, bem como dos sentimentos, sendo investigada, portanto, por meio de tal perspectiva.

Palavras-chave: Linguagem. Gramática. Historiografia.

ABSTRACT

This research has as main objective to historiograph the main reflections about language, from a logical-philosophical basis, entered, after the study of language through a grammatical bias. Therefore, it was necessary to use theorists such as Vieira (2015; 2016); Neves (2002); Leite (2007); Mattos and Silva (2016); Borges Neto (2009b; 2016); Angels (2016); Faraco (2008); Cavaliere (2002; 2014), among others. After the discussions, it was found that, throughout the historical course on language, it is observed that before the grammar genre language was understood as an expression of thought, as well as feelings, being investigated, therefore, through such perspective.

Keywords: Language. Grammar. Historiography.

¹ Possui graduação em Letras/Português pela Universidade Federal do Piauí (UFPI- 2014); Especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI- 2016); Mestrado em Letras - Área de Concentração em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI- 2018). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Historiografia da Linguística e Ensino de Língua Portuguesa. Tem interesse na evolução das concepções que cercam o ensino de gramática em documentos oficiais, bem como nos estudos do Texto nas suas mais variadas manifestações. Atualmente exerce a função de Professor Efetivo na Rede Estadual de educação do Estado do Ceará. Também é tutor do curso de Licenciatura Plena em Letras/Português do CEAD-UFPI. E-mail: alceanebezerra@gmail.com

INTRODUÇÃO

A linguagem faz parte das mais antigas atividades dos seres humanos, sendo ela, ainda hoje, um enigma para os estudiosos. Apesar de ser estudada há muito tempo, pode-se dizer que, apesar disso, o estudo sobre ela está muito longe de ser esgotado.

Os problemas referentes à linguagem, portanto, sempre foram de grande interesse do ser humano. Por isso, foi enorme o esforço empreendido pelos estudiosos para explicar as relações que existiam entre a linguagem e o mundo, bem como entre a linguagem e o pensamento.

Um estudo mais acurado pelo viés da HL permite verificar que houve diversas reflexões feitas sobre a linguagem por diversos filósofos gregos, desde os pré-socráticos, passando pelos primeiros retóricos (sofistas). Entretanto, todas essas reflexões podem ser recuperadas, de modo indireto, por meio da obra de Platão (VIEIRA, 2015). Dito isso, é importante destacar que os filósofos gregos exerceram grande importância nas ideias que se têm a respeito dos instrumentos linguísticos que hoje se denominam *gramática*. Surge, então, da filosofia grega os fundamentos da disciplina gramatical, assim como sua função e metalinguagem.

Dentro dessas reflexões feitas pelos filósofos, Vieira (2015, p.57) destaca que se encontra “a teorização sobre as partes do discurso; a relação do sentido (significado) com a palavra que o veicula (significante); a unidade de análise da linguagem (a palavra isolada); a palavra como parte da frase (enunciado); e a frase (enunciado) como um todo indissociável”.

Desse modo, este estudo se propõe a rastrear as principais ideias a respeito da linguagem, desde uma base lógico-filosófica, adentrando posteriormente ao estudo da linguagem por um viés gramatical.

Para tal intendo, foi necessária a estruturação do texto da seguinte maneira: A princípio, foram abordados os aspectos da linguagem ligados à filosofia, de Platão a Aristóteles, tal tópico foi nomeado, no trabalho como: *o que vem antes da gramática*.

Logo em seguida, em tópico intitulado *o aparecimento do gênero gramática* discutiu-se o surgimento, bem como as principais e primeiras características de tal gênero para, no tópico seguinte, intitulado *as primeiras gramáticas*, discutir a respeito das principais ideias das primeiras gramáticas do ocidente, a saber: as gramáticas alexandrinas de Dionísio de Trácio e Apolônio Díscolo, para logo em seguida ser abordado, também, as gramáticas latinas, de Varrão e Prisciano.

Dando prosseguimento à discussão, aborda-se as principais ideias das gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira e João de Barros. Por fim, discute-se as principais ideias das gramáticas brasileiras.

O QUE VEM ANTES DA GRAMÁTICA

Apesar de haver reflexões a respeito da linguagem anteriores a Platão, é com as postulações deste filósofo que se passa a ter uma reflexão mais significativa a respeito do discurso. A partir disso, foi possível reconhecer que as ideias se apresentam através do discurso, ou seja, tudo pode ser transmitido e divulgado por meio dele (VIEIRA, 2015). Diante disso, a língua era entendida pelos filósofos apenas como “uma pista concreta para se desvendar a atividade da linguagem, e esta era a contraparte expressa do pensamento” (NEVES, 2002, p.26).

De modo geral, para os filósofos, a língua era compreendida como a expressão do pensamento, bem como dos sentimentos, sendo investigada, portanto, dentro dessa perspectiva. Assim sendo, a linguagem estava diretamente colocada no âmbito de pesquisas filosóficas ou lógicas (NEVES, 2002).

Na perspectiva filosófica, Platão, Aristóteles e, mais tarde, os estoicos construíram uma metalinguagem que serviu de base para os gramáticos alexandrinos, os quais a tomaram como objeto de análise. A partir disso, estes gramáticos fizeram as suas primeiras descrições a respeito da língua. Isso se deu, na visão de Neves (2002, p. 47), em virtude de dois fatores principais, sendo que o primeiro parte “da reflexão sobre o fenômeno da linguagem, isto é, sua origem, natureza, sua ligação com a realidade (as palavras e as coisas), sua relação com o pensamento”. O segundo fator, conforme a autora, parte da “explicação do funcionamento da língua praticada pelos diversos autores cujos textos foram colecionados na biblioteca de Alexandria e, depois, explicados sistematicamente, o que deu origem à gramática” (NEVES, 2002, p. 47).

Platão pode ser considerado o primeiro pensador a apresentar, de fato, preocupações com a linguagem, isto é, a perceber a linguagem como objeto de estudo. Foi a partir das ideias desse filósofo que começou a existir uma especulação acerca da língua. Para Neves (1987), Platão foi o primeiro estudioso a conceber a palavra tanto como instrumento de persuasão, como de representação da verdade.

Ao tratar da linguagem, Platão partiu do pressuposto de que o enunciado está dissociado diretamente daquilo a que ele se refere, pelo fato

de o enunciado, por si mesmo, não apresentar nenhuma garantia daquilo que se enuncia. É nesse sentido que Leite (2007, p.38) atesta que a tese “era a de que a verdade não era inerente à língua, mas revelada pelo enunciado”. A mesma autora segue afirmando que, “a unidade de análise da linguagem para o filósofo era, então, o enunciado que veiculava a informação” (LEITE, 2007, p.38).

Aristóteles, ampliando as noções de linguagem criadas por Platão, relaciona as formas linguísticas e as características dos conteúdos mentais. A partir disso, o filósofo formula a teoria das partes do discurso, sendo essas: *nome, verbo, junção e membro articulatório*. A respeito disso, Mattos e Silva (2016) evidencia que:

Em Aristóteles vale destacar para fins que temos — ou seja, como se estabeleceu a transformação gramatical — que, além de acrescentar ao nome e ao verbo uma classe nova, a das conjunções (o que não era nem nome nem verbo), determinou uma série de distinções que perduram até hoje, reconhecidas como as categorias aristotélicas (MATTOS E SILVA, 2016, p. 16).

Destaca-se, assim, que as noções das classes de palavras que se têm presentes nas gramáticas atuais estão calcadas na filosofia aristotélica. Atribui-se a Aristóteles, dentre outras contribuições, a criação das categorias do pensamento, “também chamadas categorias aristotélicas, que deram origem às partes do discurso as quais chamar-se-iam, posteriormente, categorias gramaticais e, finalmente classes de palavras” (GURPILHARES, 2004, p. 44-45).

Aristóteles, assim como Platão, se detém na teoria da dissociação, porém, em uma perspectiva diferente. Isso porque, para Aristóteles, o objetivo de tal estudo não era discutir a relação existente entre as *palavras* e as *coisas*, como em Platão; mas consistia no estudo da relação existente entre os significados e seus referentes. Trata-se, então, da dissociação entre o *significado* e *significante*.

É válido destacar que Aristóteles, na visão de alguns pesquisadores já citados, não se dedicou somente às causas da linguagem a serviço da lógica, mas também às questões ligadas ao modo de expressão (questões estas ligadas tanto à elocução quanto ao estilo). Nesse prisma, a linguagem, além de se apresentar de forma eficiente, tinha que apresentar, por exemplo, características apropriadas ao seu modo de expressão.

A esse respeito, Neves (2002, p. 32) evidencia que, para Aristóteles, não era interessante “apenas dizer com verdade, mas também com arte, o dizer bem. Revelando, assim, a eficiência da linguagem, embora nunca se desmintam o relacionamento da **lexis** com o **lógos**, nunca se deixe entender

a linguagem como uma articulação das modalidades do ser”. Com isso, é perceptível que o autor não estava preocupado apenas com a relação do *significante* e o *significado*, mas, também, com a maneira como a linguagem era utilizada.

As partes do discurso instauradas por Aristóteles vêm a ser ampliadas pelos *estóicos*, que muito contribuíram para o aprofundamento do conhecimento gramatical. Esses pensadores, que tiveram a teoria aristotélica por base, contrariando-a em alguns pontos, distinguiram “as partes do discurso em: *nome próprio (ónoma)*, *nome comum ou apelativo, verbo (rhêma)*, *conjunções (súndesmos)* e *articulação (àrthron)*” (LEITE, 2007, 37).

Posteriormente a essas partes do discurso, os *estóicos* acrescentaram o ‘meio’, termo que remetia ao advérbio. Dessa forma, eles chegaram à divisão e à classificação de seis partes do discurso, de modo que, segundo Leite (2007, p. 37), “a classe das conjunções era subdividida em conjunções prepositivas (preposições), e a classe da articulação, em pronomes pessoais e artigos definidos”. Essa divisão é retomada e reconstruída, em alguns pontos, pelos gramáticos alexandrinos.

Visto a linguagem pela perspectiva filosófica, o próximo subtópico discutirá o aparecimento do gênero gramática.

297

O APARECIMENTO DO GÊNERO GRAMÁTICA

Para Borges Neto (2016), o gênero *gramática* segue um mesmo formato, há mais de dois mil anos, buscando estabelecer regras de correção linguística, baseadas em uma dada norma literária. Contudo, na ausência de uma norma literária, estabelecia-se como parâmetro, a norma da elite.

Estudiosos que se dedicam à História das Ideias Linguísticas destacam que foram os gramáticos alexandrinos os grandes responsáveis pela mudança de foco das reflexões dos estudos linguísticos, saindo de uma abordagem filosófica para uma abordagem propriamente gramatical, que foi erguida por meio da elaboração de regras, formadas pelo princípio metodológico da *analogia*. Nessa perspectiva, é que os gramáticos alexandrinos representaram “a consolidação da passagem para um terreno gramatical, específico e determinado, das considerações sobre a linguagem, que se vinha fazendo, através dos tempos, no terreno da filosofia” (NEVES, 2002, p. 50).

Esse gênero surgiu numa época denominada de helenística. É nesse período que, de acordo com Anjos (2016, p. 188), “surge o interesse pela

preservação dos textos clássicos, nos quais se tinha a língua modelar, em contraponto aos diversos falares já percebidos como corrompidos, principalmente para aqueles a quem cabia preservar o grego clássico”. Portanto, é nesse contexto que se procura transmitir o patrimônio grego, dando destaque, como atividade cultural, unicamente às grandes obras do passado. Para Neves (2002), tal prática tinha como objetivo:

Oferecer os padrões de linguagem dessas obras consideradas excelentes, padrões que contrastam com a linguagem corrente, contaminada de barbarismos. Tal esforço de divulgação do helenismo impulsiona o desenvolvimento dos conhecimentos linguísticos, já que implica o levantamento de fatos que, nos textos não corrompidos, caracterizam a língua modelar que deve ser preservada (NEVES, 2002, p. 49).

Desde essa época, tal gênero vem deixando marcas profundas tanto “no modo de produção de gramáticas ditas normativas, no que diz respeito, por exemplo, à disposição das partes da gramática e ao exclusivismo do *corpus literário*” (ANJOS, 2016, p. 188).

Contudo, a gênese da gramática está diretamente ligada à Biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.), na qual estava reunida toda a produção cultural helênica. Com isso, pode-se entender que a gramática se formou através de duas perspectivas: a primeira se deu pela crítica literária feita pelos filólogos; a segunda, pelos gramáticos propriamente ditos. Apesar disso, os papéis das duas perspectivas se aproximam, convergindo na gramática. Entretanto, como esclarece Leite (2007), citando Baratin (1989), nem sempre foi assim:

Originariamente, o ensino gramatical e a atividade filológica eram distintos. Entretanto, os gramáticos eram, por sua formação, os mais aptos a realizar esse trabalho filológico. Assim, essas duas atividades foram, muito cedo, consideradas como duas faces de uma mesma especialidade, a gramática; já no início do século II antes de nossa era, Aristófanes, de Bizâncio, quarto bibliotecário de Alexandria, é tido como o maior gramático de sua época, assim como o seu sucessor Aristarco. Esta primeira etapa na formação dessa disciplina é o término de um processo de acumulação: quando a multiplicação dos manuscritos atingiu um limiar tal que sua reunião em grande escala devia se apresentar como uma necessidade, surgiu o problema da *unidade* do texto em face da pluralidade dos manuscritos e é com essa constatação da variante que nasce a filologia, integrada à gramática por meio da explicação de textos (BARATIN, 1989, p. 227, *apud* LEITE, 2007, p. 44-45).

Apesar de ambas as disciplinas, a filologia e a gramática, serem consideradas muito próximas, na Antiguidade, cada uma possuía seu espaço preservado. Nesse contexto, os gramáticos e filólogos se propunham a explicar os usos de cada autor e de cada texto analisado. O

resultado dessa forma de estudo resultou no que Leite (2007) denomina de *descrição de usos particulares de autores estudados*. No entanto, essa forma de estudo acabou levando os gramáticos a reavaliarem os objetivos de tal estudo, bem como a forma de ensino, modificando, desse modo, a concepção de língua.

Vieira (2016) compreende, a partir disso, que as concepções das gramáticas atuais nada mais são do que a relação entre as ramificações da Filosofia Clássica a respeito da linguagem, acrescentada das informações dos gramáticos alexandrinos. De modo geral, diante da visão desse autor, o que se atesta é o fato de que toda a terminologia gramatical atual advém, direta ou indiretamente, do legado dos gramáticos alexandrinos, bem como das sucessivas gerações de gramáticos que vieram a dar, posteriormente, o mote categorial e terminológico para o desenvolvimento da tradição na época helênica.

Dessa maneira, o desenvolvimento da gramática deu-se, gradativamente, pelo processo de acumulação de conhecimentos. Ou seja, o conhecimento e desenvolvimento desse gênero deram-se pela observação, análise e descrição de textos literários de diversos autores.

PRIMEIRAS GRAMÁTICAS

299

Neste subtópico, será abordada a construção das primeiras gramáticas ocidentais, desde as alexandrinas, chegando à concepção das gramáticas brasileiras contemporâneas.

Alexandrinas

É creditada ao filólogo alexandrino Dionísio Trácio (170-90 a.C) a autoria da primeira gramática que se tem conhecimento de uma língua europeia, o grego. Essa primeira gramática, a *Tékne Grammatike*, foi editada pela primeira vez no ocidente, em 1715 (VIEIRA, 2015).

Na visão de Leite (2007), a *Tékne Grammatike* se erigiu a partir de uma relação entre duas correntes, estando enquadrada na segunda: a de descrição da língua. A primeira foi inaugurada pelos filósofos. Para essa mesma autora, a gramática de Dionísio Trácio caracteriza-se por ser um compêndio que coloca de forma *sistemizada* os fatos da língua. Nesse sentido, Neves (2002) afirma que Dionísio, em sua gramática, embora tenha apontado para uma descrição da língua, o fez mais pelo aspecto da prescrição do que propriamente pela descrição.

Nessa perspectiva, a *Tékne* não cria um novo modo de estruturação de um instrumento, mas apenas um instrumento de tradição para se responder a uma demanda sociocultural da época, ou seja, a criação de um instrumento para o entendimento dos clássicos literários, bem como para a preservação do grego. Brito (2010) destaca que fazia parte da gramática de Dionísio:

a leitura, aquilo que actualmente poderíamos chamar a estilística, o estudo das fraseologias, a etimologia, a investigação das regularidades morfológicas e sintáticas e a apreciação das composições literárias. Nessa gramática, tratava-se fundamentalmente de fixar o grego de Homero e o pendor pedagógico e normativo é evidente (BRITO, 2010, p. 3).

Ainda nesse sentido, Duarte (2010) destaca que:

Dionísio o Trácio e a escola de Alexandria inauguram uma concepção de gramática ainda hoje muito representativa entre os não especialistas: a da visão instrumental da gramática como “porta” de acesso ao estilo dos poetas e prosadores, uma espécie de propedêutica à leitura das obras literárias (DUARTE, 2010, p.11).

Gurpilhares (2004) menciona, por conseguinte, que o que vem diferenciar as concepções dos filósofos gregos da concepção do gramático alexandrino, Dionísio, é o fato de que, para este, a preocupação com a língua era de ordem literária, enquanto que, para os primeiros, a preocupação estava no âmbito da filosofia e da lógica.

Neves (2002) afirma que o que se credita a Dionísio advém não somente do autor, mas de toda uma escola de pensadores, a Escola de Alexandria. Sendo assim, este gramático, conforme a autora, foi apenas o responsável pela divulgação desse conhecimento, visto que toda a Escola de Alexandria passou a descrever e a comentar os aspectos encontrados nos textos antigos, por exemplo, a respeito da métrica, da ortografia e da pronúncia.

Ampliando as partes do discurso trazidas pelos filósofos gregos, Dionísio chega, em sua gramática, a oito partes do discurso ou, como se determina atualmente, de classes de palavras. Além dessa ampliação, a *Tékne*, diferentemente dos estoicos, une em uma só classe os nomes *próprios* e *comuns*, separa o *verbo* do *particípio*, bem como define o *pronome* e as *preposições* como classes independentes de artigos e conjunções (CORRÊA, 2010). Para o mesmo autor, “essa reorganização é considerada sua maior contribuição, usada até fins da Idade Média” (CORRÊA, 2010, p. 4).

Para Corrêa (2010), a ampliação das partes do discurso pelo gramático Dionísio pode ser vista da seguinte maneira: *nome (ónoma)*, *verbo (rhêma)*, *artigo (árthron)*, *pronome (antonymía)*, *preposição (próthesis)*, *advérbio (epírrhema)*, *conjunções (sýndesmos)*, além do *particípio (métoché)*, que, atualmente, segundo esse mesmo autor, não está distinguido como uma classe à parte, mas associado ao verbo.

Como já elucidado, a sintaxe não foi centro de atenção na *Tékne*, de Dionísio, ficando a cargo de Apolônio Díscolo (no século II a. C.) abordar o referido assunto. É importante pontuar que esse gramático formulou a primeira teoria sintática de estudo da língua grega.

Diferentemente dos filósofos gregos, Apolônio Díscolo não tratou de problemas filosóficos da linguagem. Dessa maneira, não se ateve a buscar a origem da linguagem, bem como não se preocupou com as relações entre a linguagem e o pensamento (*analogias e anomalias*). Nem tampouco tentou definir a natureza da gramática (*ciência ou arte*). Todas essas questões ficaram a cargo dos seus antecessores, dentre eles, o gramático Dionísio o Trácio (NEVES, 2002).

Ao se afirmar que Apolônio Díscolo foi o responsável por estudar a sintaxe da língua grega, não significa dizer, necessariamente, que esse gramático se deteve somente a esse aspecto da língua. Muito pelo contrário, pelo que evidencia Neves (2002), o gramático tratou de quase todos os fatos da língua. Assim sendo, “dizer que a ele se deve atribuir, especialmente, a introdução da sintaxe nos estudos gramaticais não significa entender que ele estudou apenas a combinação dos termos” (NEVES, 2002, p. 62). Além da sintaxe, o estudioso também tratou dos seguintes aspectos:

Questões diacrônicas (Dos acidentes, onde se estudam alterações que afetam a forma das palavras como apócope, a sinérese etc.); questões estilísticas (Das figuras; Das figuras homéricas); tratou, ainda: a ortografia (Da ortografia); a prosódia (Da prosódia); os dialetos (Dos dialetos dórico, jônico, eólico, ático). E tratou tanto os elementos (Dos elementos) quanto as partes da oração (Da divisão das partes do discurso; Dos nomes; Dos verbos; Dos participios; Do artigo; Do pronome; Da preposição; Dos advérbios; Das conjunções) (NEVES, 2002, p. 62, grifos da autora).

Para Neves (2002), apesar de Apolônio Díscolo deter-se a vários aspectos de estudo da língua e, portanto, ter uma vasta produção, apenas quatro obras dele chegaram até nós, sejam elas: *Do pronome*, *Das*

*conjunções, Dos advérbios e Da Sintaxe das partes do discurso*². O que se fala sobre todas as suas obras foi recuperado pela leitura de Prisciano, que é responsável por citar e retomar Apolônio Díscolo (NEVES, 2002).

Mesmo com uma produção significativa, sua história se constrói, de fato, pelo tratamento dado à sintaxe, que, até então, não fora considerada pelos gramáticos alexandrinos. Para Apolônio Díscolo, o interesse recaía na relação que se estabelecia entre as partes do discurso “uma vez que a língua é considerada uma série de elementos relacionados, e a sintaxe é vista como conjunto de regras que regem a síntese dos elementos” (NEVES, 2002, p. 63).

Em seu livro, *Da Sintaxe*, Apolônio Díscolo afirma que sua exposição compreenderá a construção (**sýntaxis**). Essa sintaxe abarcaria, dessa forma, todos os níveis, o que vem a “construir um conjunto de regras que a norteia, visto que, para o autor, a língua é formada por um conjunto de elementos relacionados. Porém, é na oração completa que a sintaxe de Apolônio deter-se-ia com maior ênfase” (NEVES, 2002, p. 70).

Latinas

Tem-se como primeiro gramático latino, Varrão, com sua gramática *De Língua Latina*, cuja principal contribuição são as reflexões a respeito da relação entre *anomalia* e *analogia*, já iniciadas com os filósofos gregos, com diferenças significativas entre ambos. Enquanto Varrão tentou conciliar o estudo da *anomalia* e da *analogia*, os gregos se detiveram no estudo da diferenciação entre uma e outra. Outra contribuição de grande relevância de Varrão reside na diferenciação entre o que se denomina de *derivação* e *flexão*, categoria formulada pelo autor (FARACO, 2008).

Embora Varrão seja considerado o primeiro gramático da língua latina, e de se considerar a sua grande relevância nos estudos gramaticais latinos, a obra de maior destaque em língua latina, e que se tornou a base de referência em gramáticas posteriores, foi à obra gramatical *Ars grammatica*, de Élio Donato, gramático que viveu durante os anos de 310-365 d.C. (FARACO, 2008).

Outro gramático latino de grande relevância foi Prisciano, com sua gramática *Institutiones Grammaticae* (Fundamentos Gramaticais). Essa

² Para Neves (2002), “As obras supérstites de Apolônio Díscolo estão editadas por B.G. Teubner, em *Grammaticograeci*, 1867-191, com aparato crítico e comentários de G. Uhlig e G. Schneider. As obras *Dasconjunções e Dos advérbios* também estão editadas por Bekker, 1965. Nessa edição, encontram-se, ainda, os escólios sobre Dionísio o Trácio” (NEVES, 2002, p. 62).

gramática consistia em uma grande síntese de toda a tradição greco-latina. Para Faraco (2008), na época em que Prisciano escreveu sua gramática, o Império Romano encontrava-se todo fragmentado. Em decorrência disso, toda a produção intelectual estava reduzida, devido à decorrência da instabilidade social da época. Assim sendo, sua gramática do latim passa a ser adotada como a grande referência do latim durante todo o período medieval.

Já na visão de Corrêa (2010), a gramática de Prisciano poderia ser entendida como menos original que as de seus antecessores, Varrão e Donato, haja vista que, para essa autora, a obra de Prisciano era quase uma tradução da gramática de Dionísio, somadas, também, aos estudos de sintaxe de Apolônio Díscolo e Herodiano.

No que tange à cultura gramatical, na visão de Vieira (2015), Prisciano conseguiu articular o legado grego, representado por Dionísio, Apolônio e Herodiano, a toda uma tradição latina. Toda essa relação pode ser compreendida como um grandioso projeto greco-romano, pautado em “reflexões sobre a linguagem e acabou se estendendo por todos os gramáticos latinos que o sucederam, a despeito de haver particularidades de contexto histórico e social e também relativas às idiosincrasias estruturais das línguas grega e latina” (VIEIRA, 2015, p. 104).

Prisciano, assim como os gregos, adota o sistema de oito classes de palavras, da mesma forma que Varrão e Donato substituíram o *artigo* pela *interjeição*. Tendo as oito classes de palavras como foco de estudo, conforme Fortes (2010), Prisciano passa a descrever, de forma intensa, essas classes de palavras, em quinze dos dezoito livros. De acordo com Robins (1979), o autor da *Institutiones Grammaticae* faz referência ao grego, mas o que é mais interessante é o fato de que, nas últimas cem páginas, dedica-se básica e exclusivamente a comparar as duas línguas: o grego e o latim.

De modo geral, a obra de Prisciano se caracteriza pelo fato de apresentar, como característica básica, a descrição pormenorizada do latim de autores clássicos. Além disso, o arcabouço teórico de Prisciano, como já mencionado, serviu de base para as teorias gramaticais do período e, ainda hoje, se coloca como o modelo de gramáticas contemporâneas.

Portuguesas

As primeiras gramáticas do português foram erguidas a partir da doutrina gramatical greco-romana, tomando por base não somente

gramáticos, como no caso de Fernão de Oliveira (1536), que também citou “historiadores, geógrafos e filósofos” (LEITE, 2007, p. 116). Ao se falar das primeiras gramáticas de língua portuguesa, a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540), torna-se essencial destacar a filiação que essas gramáticas têm com suas antecessoras. Ao contrário de Oliveira (1536), Barros (1540) “não faz referência direta a nenhuma de suas fontes e, apenas genericamente, atribui algumas ideias a gramáticos gregos e latinos” (LEITE, 2007, p. 116).

Em sua gramática, *grammatica da lingoagem portuguesa*, Oliveira (1536) fez referências de forma genérica. Isso porque, para Leite (2007), as citações não eram precisas, no que diz respeito à indicação completa da obra “pois o normal era a referência ao nome do autor de quem tomou a ideia e, às vezes, ao livro (volume), se a obra integrasse um conjunto” (LEITE, 2007, 116).

Para Assunção e Santos (2009 *apud* NOGUEIRA 1933, 7), a gramática de Oliveira, datada de 1536, “foi a primeira que se publicou em português; foi a primeira que se publicou do português e de um português; foi a primeira que se publicou do Português em Portugal”. Esta gramática é considerada a primeira a *gramatizar* a língua portuguesa, consistindo em um estudo ensaístico, pautado em um conjunto de reflexões, distribuídas em 50 capítulos. Por ser um ensaio, segundo Vieira (2015), a obra em tela se afastava de uma gramática *stricto sensu*, fato que levaria, mais tarde, Barros (1540) a tomar para si a autoria da primeira gramática da língua portuguesa.

Ainda com Vieira (2015), apesar de a gramática de Oliveira (1536) estar filiada a uma tradição, ele tenta estabelecer uma terminologia original e inovadora em alguns pontos, ainda que não fugisse dos traços principais do *paradigma*³; ou seja, não perde de vista a tradição latina de *gramatização*⁴. Essa gramática destaca-se, portanto, pelo seu caráter inovador na abordagem, no que tange à descrição dos aspectos *fonético/fonológico, morfológico e sintático* da língua portuguesa do século XVI.

Para Vieira (2015), o arcabouço descritivo da obra de Oliveira (1536) apresenta uma divisão em três partes, apesar de não ser fácil a identificação

³ Para Vieira (2015), é entendido como o uso da língua distante de uma realidade linguística, ou seja, está atrelado a um arcabouço teórico-descritivo avesso aos estudos linguísticos contemporâneos.

⁴ De acordo com Auroux (2008), é um o processo de origem renascentista, com base na tradição greco-latina, de descrever e instrumentar as línguas ocidentais a partir de duas tecnologias metalinguísticas: a gramática e o dicionário.

delas. Na primeira, o autor dedica-se ao estudo das “letras”, fazendo uma descrição da pronúncia e da grafia. Na segunda parte, é construída uma descrição da normatização da estrutura da sílaba do português. A última fica destinada à morfologia (classes de palavras, processos de formação de palavras, derivação, flexão e acento).

Além da obra de Oliveria (1536) se destacar por ser a primeira gramática sobre o português, ela também tornou-se referência pelo fato de observar as formas em relação às formas, as formas em relação aos sentidos linguísticos, além dos usos, podendo estes se apresentar de formas regular e irregular, abrindo espaço para a busca de explicação para todos os usos da língua: regulares e irregulares.

De modo geral, apesar de o gramático apresentar certa originalidade, tem-se ainda uma grande vinculação com a teoria gramatical antecedente, isto é, ele ainda estava alicerçado na teoria gramatical greco-latina. Isso pode ser explicado pelo fato de ser o único conhecimento ocidental. Porém, era inovador no sentido de que, já naquele contexto, tinha, como foco de estudo, os usos, vistos como irregulares. Assim, Batista (2010) argumenta que a gramática de Oliveira (1536) vem a possibilitar a compreensão de um momento da história da gramática ocidental, momento este caracterizado pelo processo cumulativo e não de rupturas, mantendo, com isso, os saberes construídos, até então, por seus antecessores.

Outro instrumento de *gramatização* do português de grande destaque durante o século XVI foi a *Grammatica da língua portuguesa*, de João de Barros (1540). Nessa gramática, Barros, segundo Borges Neto (2009b), mantém inalterada a teoria da linguagem desenvolvida a partir das concepções aristotélicas, acrescentado as contribuições dos estóicos e passando pelos estudos gramaticais alexandrinos. Nesse sentido, Barros (1540) constrói uma gramática que espelhava, eminentemente, o modelo latino, apesar do caráter pedagógico, o que, por sua vez, a fez ganhar trânsito escolar.

Barros (1540) entendia que a gramática do português serviria como pano de fundo para o ensino do latim, sendo a sua gramática um espelho fiel da gramática latina, “diferentemente de Oliveira (1536) que talvez por não ter tido esse compromisso pedagógico, pôde ter ousado mais na criação terminológica” (VIEIRA, 2015, p. 147).

Assim como Oliveira (1536), Barros (1540) estabelece uma concepção de gramática ligada à arte, dividindo a sua obra em quatro partes, quais sejam: *ortografia*, *prosódia*, *etimologia* e *sintaxe*. É, pois, na etimologia, que o autor faz uma análise tanto das flexões nominais quanto

verbais, além disso, adapta as partes do discurso greco-latino para a língua portuguesa.

A exemplificação na obra de Barros (1550), de acordo com Vieira (2015), era feita de acordo com os domínios da moral, da religião, do sentimento cívico, da ciência, da história e da filosofia. Essa prática serviu de inspiração para várias outras gramáticas posteriores. Além disso, esse autor inaugura um movimento que seria, posteriormente, seguido por outras gramáticas, que é uma latinização do português, introduzindo “expressões e construções sintáticas novas, emprestadas do latim, para que a língua portuguesa, agora língua do Estado, adquirisse feição nobre, erudita” (VIEIRA, 2015, p. 148). Dessa maneira, acabou passando a ser considerada como a mais latina das gramáticas da língua portuguesa.

Portanto, durante o século XVI, teve-se duas gramáticas que, embora muito próximas, apresentavam diferenças significativas, no que diz respeito ao tratamento dado à língua. Enquanto a gramática de Oliveira (1536) tinha o intuito de apresentar as diferenças entre o latim e o português; a gramática de Barros (1540), pelo contrário, tinha como objetivo mostrar a relação entre as duas línguas.

Brasileiras

306

No Brasil, segundo Cavaliere (2014), a produção gramatical pode ser vista a partir de dois períodos: o *racionalista* (século XIX) e o *científico* (século XX).

O período *racionalista* (século XIX) foi influenciado pelas teses racionalistas, herdadas diretamente da *Gramática de Port Royal*, sendo, por essa razão, marcado predominantemente pelo prescritivismo. Isso pode ser comprovado quando Cavaliere (2014) evidencia que os textos desse período pautavam-se em:

excessivo pendor normativo, traduzido didaticamente na postura mimética do bem escrever à luz dos cânones da literatura portuguesa, não obstante inúmeros compêndios de língua vernácula europeus já desenvolvessem estudo analítico dos fatos linguísticos sob o manto de novas teses comparativistas (CAVALIERE, 2014, p. 58).

Há algumas críticas a esse período da gramaticografia brasileira, dentre elas, pode-se citar, de acordo com Cavaliere (2002), a pouca ou nenhuma atenção dada ao estudo do Português Brasileiro, de modo que as gramáticas produzidas nesse contexto resumiam e copiavam as regras e os

modelos de língua dos compêndios portugueses. Observa-se tal característica nas palavras de Vidal Neto (2010):

A produção gramatical anterior a estabelecida por Ribeiro teve o português de Portugal como único referencial relativamente referente à norma linguística a ser prescrita em suas gramáticas. Ou seja, todas as gramáticas produzidas no Brasil até então estabeleciam como possibilidade de *uso* aquilo que era prescrito como correto pela norma linguístico-gramatical lusitana. Não tínhamos, portanto, no Brasil, até a publicação da Grammatica, em 1881, nenhuma gramática que registrasse marcas do Português *usado* no Brasil (VIDAL NETO, 2010, p. 81).

Diferentemente do período *racionalista*, o *científico* foi marcado diretamente pelas teses comparativistas, caracterizado por aliar, dessa maneira, duas perspectivas distintas, tanto a descritiva quanto a prescritiva. Comprovando essa assertiva, Cavaliere (2014) destaca que:

As melhores gramáticas brasileiras do período científico, a despeito de terem efetivo caráter prescritivo, jamais se desviaram totalmente de um escopo descritivo, o que lhes dá feição híbrida, descritivo-prescritiva, bastante diferente do que caracteriza os compêndios normativos que se limitam a arrolar gratuita e sinteticamente as regras do uso correto da língua (CAVALIERE, 2014, p. 32-33).

O mesmo autor segue afirmando que “a feição genérica da gramática brasileira do período científico, espelha uma formulação em que coexistem os aspectos *universal, descritivo e prescritivo*” (CAVALIERE, 2014, p. 33). Nesse sentido, não havia espaço para o estudo da gramática por outra perspectiva, como a mentalista, durante o período científico. Os textos nesse contexto tinham como foco de estudo a *fonologia* (que trata dos elementos materiais) e a *morfologia* (voltado para os elementos orgânicos).

De modo resumido, a dupla feição que as gramáticas do período *científico* apresentavam cumpre, de modo específico, a função de descrever e investigar a ciência da linguagem, tarefa primordial de uma nova ciência, a linguística; bem como a função de prescrever e interpretar fatos linguísticos, segundo uma tradição pedagógica dos compêndios gramaticais.

A gramática científica tinha, pois, como foco de investigação, a palavra, observada em todos os seus aspectos. Desse modo, à lexicologia cabia estudar a palavra de forma isolada, ao passo que cabia à sintaxe verificar a relação dessas palavras na proposição. Entretanto, cumpre salientar que, nesse mesmo período, os elementos ortográficos foram desvinculados da *fonologia*, o que, por sua vez, causaria, ao longo dos anos,

certo desprestígio dos elementos fonológicos em detrimento dos ortográficos.

Uma característica marcante nos textos no período *científico* foi a dialética da gramática como *arte* e como *ciência*. As gramáticas passaram a incorporar, em suas páginas, a relação entre *ciência* e *arte*, fruto de uma tarefa dual trazida pelo movimento histórico-comparatista (que trouxe para as gramáticas as teses e teorias advindas da Ciência Linguística), tendo a gramática, no século XX, duas funções: a de pesquisar e a de ensinar língua. Antes disso, como já dito, os textos apresentavam um teor meramente pedagógico, ocupando-se quase que exclusivamente da educação linguística com forte tendência normativista (século XIX).

Esse novo momento da gramaticografia brasileira do século XX contribuiu para uma mudança de atitudes, haja vista que se buscava trazer para a investigação sobre língua as teses recentes das diversas áreas do conhecimento, principalmente da Biologia de Darwin. Surge dessa nova perspectiva um novo olhar para a gramática, um olhar não somente contemplativo, mas também analítico.

Algumas das principais gramáticas desse período e que apresentam as características arroladas acima podem ser vistas, de forma cronológica, no quadro baixo:

308

Quadro 1 – gramáticas brasileiras do século XX

Autor	Obra	Ano
Eduardo Carlos Pereira	<i>Grammatica Expositiva</i>	1907
Firmino Costa	<i>Grammatica portugueza</i>	1920
Said Ali	<i>Grammatica secundaria da lingua portugueza, Grammatica elementar da lingua portugueza, Grammatica historica da lingua portugueza</i>	1921 a 1923 ⁵
Napoleão Mendes de Almeida	<i>Gramática metódica da língua portuguesa</i>	1940- 2010
Rocha Lima	<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i>	1957- 2010

⁵ Ano da primeira e da última edição, respectivamente. Os demais autores seguem a mesma sistemática.

Artur de Almeida Torres	<i>Moderna gramática expositiva da língua portuguesa</i>	1959-1981
Gladstone Chaves de Melo	<i>Gramática fundamental da língua portuguesa</i>	1967-1980
Evanildo Bechara	<i>Moderna gramática portuguesa</i>	1961-2009
Domingos Paschoal Cegalla	<i>Novíssima Gramática da Língua Portuguesa</i>	1962-2008
Celso Cunha & Lindley Cintra	<i>Nova gramática do português contemporâneo</i>	1985-2013

Fonte: Vieira (2015).

Como pode ser visto no quadro acima, algumas das gramáticas mais expressivas do século XX foram reeditadas recentemente, como é o caso de Evanildo Bechara (2009), Domingos Paschoal Cegalla (2008), Celso Cunha & Lindley Cintra (2013), Napoleão Mendes de Almeida (2010), Rocha Lima (2010). Além dessas, outras gramáticas de referência do Português Brasileiro vieram a lume no século XXI. Dentre essas, cita-se: a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos Azeredo (2008), a *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini (2010) e a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012).

Como observa Vieira (2015), as gramáticas de Azeredo (2008), Perini (2010) e Bagno (2012) utilizam, em suas descrições, o uso em detrimento da forma linguística, levando em consideração também os aspectos extralinguísticos em suas descrições. Desse modo, se utilizam de uma abordagem tanto textual quanto discursiva dos fatos gramaticais. Além disso, é possível identificar nessas gramáticas, com veemência, o discurso de mudança, o que, por sua vez, se distancia das concepções gramaticais antecedentes. Todavia, tentam manter uma relação entre o que se coloca como tradição e renovação dos fenômenos linguísticos.

Esse aspecto da renovação evidencia-se, por exemplo, no uso de exemplos para além da literatura, apoiando-se em textos não ficcionais de áreas como a Sociologia, Geografia, História, bem como de revistas e jornais de circulação nacional.

Destarte, esses gramáticos advogam em favor de que todas as variedades da língua portuguesa sejam levadas em consideração. Ademais, defendem que todas as variedades são dotadas de uma estrutura. Concordante com Vieira (2015), essas estruturas apresentam-se funcionalmente adaptáveis aos objetivos de seus falantes. No entanto, esse mesmo estudioso afirma que, apesar de esses gramáticos se utilizarem de

certa variedade para a realização de suas descrições, acabam, por essa razão, privilegiando uma variedade em detrimento de outra.

Leite (2014) evidencia que, de forma voluntária e involuntária, todas as três gramáticas supracitadas se encontram fundamentadas na teoria clássica greco-latina, pelo aproveitamento dos conceitos clássicos. Mas, para além disso, todos os autores têm algo a mais a dizer. Esse algo a mais de que fala a estudiosa é a ampliação do escopo de estudo da linguagem, para as noções de discurso e texto. Em suma, os três textos saem em defesa de uma autonomia do Português Brasileiro em detrimento de um Português Europeu, seja na modalidade falada ou escrita. Além desses aspectos, os autores colocam a gramática no âmbito da ciência, assim como a astronomia, a história e a geografia, dentre outras ciências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se rastrear as principais ideias a respeito da linguagem, desde as abordagens iniciadas com os filósofos, ao quais compreendiam a linguagem por meio de uma base lógico-filosófica, sendo por meio dessa investigada. Assim sendo, a linguagem era, pois, compreendida como expressão do pensamento, bem como dos sentimentos.

Dentre os principais filósofos que estudaram a linguagem, tem-se Platão, o qual pode ser considerado, de fato, o primeiro a discutir a linguagem, ou seja, a entender a linguagem como objeto de estudo. Ao estudar a linguagem, esse filósofo compreende que o enunciado está diretamente dissociado daquilo a que ele se refere, visto que para Platão, o enunciado por si só não apresentar garantias daquilo que se enuncia.

Aristóteles, ampliando as noções de linguagem, criadas por Platão, passa a compreender a associação entre as formas linguísticas e os conteúdos mentais. Desse modo, compreende que a linguagem está diretamente associada ao pensamento. A partir de tal ideia, o filósofo formula as partes do discurso, as quais denomina-se atualmente de classes gramaticais.

Já os estoicos vieram a contribuir e acrescentar informações as ideias de Platão e Aristóteles, quando acrescentam outra categoria às partes do discurso, o advérbio. Diante disso, tem-se que, os estoicos, de modo geral, apenas deram contribuições ao pensamento Platônico e Aristotélico.

Posteriormente, com os gramáticos alexandrinos, o estudo da linguagem passa a ser erigida por meio da relação estreita a descrição da língua e a sua relação com o pensamento, esta última iniciada com os filósofos. É nesse contexto que surgem as primeiras gramáticas ocidentais, com o objetivo de descrever a língua grega, dentre esses gramáticos, cita-se Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo.

Posteriormente, com essa mesma perspectiva, a de descrição da língua, dois gramáticos passam a descrever a língua latina; são eles, a saber: Varrão e Prisciano. Adentrando ao estudo da língua portuguesa, tem-se como principais estudiosos Fernão de Oliveira e João de Barros, os quais serviram de base para a construção das primeiras gramáticas brasileiras do século XIX e, que de certo modo, influenciaram as gramáticas brasileiras contemporâneas.

Diante de tudo isso, destaca-se a grande importância de estudos de linguagem que abordem e reflitam sobre a construção do conhecimento sobre a língua e a linguagem ao longo do percurso histórico, o que, por sua vez, pode proporcionar uma flexão mais aprofundada sobre os fenômenos da língua.

REFERÊNCIAS

ANJOS, M. A. L. **Gramática da língua portuguesa padrão: (Des) continuidades?** In: Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. FARACO, C. A.; VIEIRA, F.E. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ASSUNÇÃO, C.; SANTOS, H.P. **Da Idade Média a Fernão de Oliveira, O primeiro gramático da lusofonia** In: Fernão de Oliveira: Um gramático na história. ABAURRE, M.B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (orgs). Campinas: Pontes Editores, 2009.

AUROUX, S. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências:** Campinas, Editora RG, 2008.

BARATIN, M. **La naissance de la Syntaxe a Rome.** Paris: Minuit, 1989.

BATISTA, R. O. **Formas da gramática renascentista: percepção e abordagem da diversidade linguística em Fernão de Oliveira.** DELTA., Campinas, SP, v. 26. n. 2., 2010.

BORGES NETO, J. **A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira** In: Fernão de Oliveira: um gramático na história. ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.). Campinas: Pontes, 2009b.

_____. **Gramática do português brasileiro** In: Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BRITO, A. M. **Da “arte” à ciência: o caminho da Gramática.** In: Brito (org). Gramática: história, teorias e aplicações. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2010.

CAVALIERE, R. **Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil.** Confluência, Rio de Janeiro, n. 23, 1º sem. 2002.

_____. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CORRÊA, E. F. de S. **Socratescurrit bene: um breve passeio pela história da gramática.** **Solettras**, São Gonçalo, RJ, ano X, n. 19, p. 116-123. jan.-jul. 2010.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio ‘Evite Pronome’ no português brasileiro.** Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, SP: Programa de Pós-Graduação em Linguística, Unicamp, 2010.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FORTES, F. S. **As conjunções latinas em Donato e Prisciano: seu estatuto gramatical e discursivo.** PhaoS: revista de estudos clássicos, Campinas, SP, n. 10, p. 45-57, 2010.

GURPILHARES, M.S.S. **As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica.** janus, lorena, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2004

LEITE, M.Q. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma.** São Paulo: Paulistana, 2007.

MATTOS E SILVA, R. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 2016.

NEVES, M. H. de M. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979.

VIDAL NETO, J. B. C. **A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro**. Dissertação (Mestrado em Letras). USP, São Paulo, 2010.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português**: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

_____. **Gramatização brasileira contemporânea do português**: novos paradigmas? In: Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016.